

● **Continuação da capa**

NOVA CLASSE trabalhadora

Para Jessé Souza o pensamento acadêmico e a opinião pública caminham para criar falsas oposições, que enfraquecem a dimensão pública em nome de interesses econômicos

FOTOS: ANTONIO OLAVO CEREZO/TRIBUNA DE MINAS

MÁRCIA MARIA CRUZ

há um consenso construído historicamente na universidade brasileira, fruto dos grande nomes da nossa inteligência sociológica e política, que parece diagnosticar todas as nossas mazelas sociais e econômicas a partir da noção de patrimonialismo. Para Jessé Souza, trata-se de afirmação incorreta, ideológica e perigosa, que acabou por gerar uma desconfiança sobre a ação do Estado e uma mitificação do mercado como instância de liberdade. Sem medo de enfrentar consensos, Jessé vai além e acusa parte da esquerda como responsável pelo reforço do nosso conservadorismo. “A nossa esquerda hegemônica é politicamente correta e, na prática, tão ou mais insidiosa e certamente muito mais incompetente que a direita”, afirma Jessé Souza.

Se a corrupção na política não é a maior causa das desigualdades sociais, é certo que muitos recursos públicos que poderiam ser investidos em áreas como saúde e educação se perdem. A corrupção na política não se ampara também nessa luta de classes que o senhor aponta?

Um debate sóbrio acerca do tema da corrupção teria que admitir dois pressupostos: o primeiro é que a corrupção – pensada como vantagem indevida em um contexto de presunção de igualdade – existe em todo lugar do mundo e em qualquer esfera da vida. O segundo é que, como qualquer outro ilícito, deveria ser julgado com base em provas efetivas e obedecer a todas as garantias legais para a condenação ou absolvição no caso concreto individual. Assim, em uma sociedade madura, a corrupção é da alçada da Justiça como qualquer outro ilícito. O problema entre nós é que a corrupção é percebida como da alçada da política, pior, da manipulação política. Como essa manipulação é construída? A corrupção, entre nós, tem um lugar privilegiado: o Estado. Isso é mentira pura e simples. Não chega sequer a ser uma meia verdade. Existe tanto ou mais corrupção no mercado, que nunca é percebida enquanto tal. Com os financistas internacionais, que, com fraudes e manipulações contábeis, arrasam países inteiros, como aconteceu com a Argentina ou recentemente com a Grécia para faturar bilhões, não se fala de corrupção e ainda são admirados. Mas entre nós a cegueira é ainda maior. Quando um grande empresário alicia funcionários do Estado para deter informações privilegiadas, por exemplo, sobre poços de petróleo que o permitem faturar bilhões do dia para a noite, não é tido como corrupto, mas como gênio das finanças.

Como se explica tamanha seletividade e cegueira?

Entre nós a escolha seletiva do Estado como único lugar da corrupção teve primeiro o carimbo do prestígio científico. Foi Sérgio Buarque – lido até hoje em nossas universidades sem qualquer crítica – quem criou o tema do patrimonialismo estatal como característica singular brasileira. A partir dele temos Raymundo Faoro, FHC, Simon Schwartzman, Roberto DaMatta e a maioria da inteligência brasileira, que continua usando desse conceito como o mais importante para definir e interpretar o Brasil. As ideias dos intelectuais são muito importantes, porque são elas que constroem e legitimam nossa ação no mundo. Mas as ideias dos intelectuais só são eficazes para guiar e comandar o mundo quando elas se ligam a poderosos interesses econômicos e políticos. Minha tese, que expus em todo o detalhe na primeira parte do livro *A ralé brasileira: quem é e como vive*, é que foram os interesses econômicos do nascente capital industrial paulista na década de 1930 e depois do capital financeiro nacional e internacional, conjugados a partir dos anos 70, o fundamento real para tamanha seletividade e miopia. A causa é simples e facilmente compreensível para qualquer um. Essas são as classes que efetivamente ganham e muito quando



se acredita que o Estado é sempre ineficiente e corrupto e o mercado sempre virtuoso. Pode-se sempre, para citar um exemplo da década de 90, sucatear as universidades federais e depois dizer que o Estado não pode nem deve cuidar da educação pública superior. Isso abre espaço para diminuir a atividade do Estado ao mínimo e o espaço do lucro privado ao máximo mesmo em esferas como saúde e educação, cujo acesso não deveria depender da sorte de ter nascido na família certa.

Portanto, a corrupção não é privilégio do Estado, está também do mercado...

Mas a defesa do lucro exorbitante de alguns poucos é um interesse tão particular que não pode ser assumido de público. Ele tem que se travestir de interesse geral, no nosso caso, o interesse geral no combate à corrupção sempre e somente estatal. Assim, todos os autores que defendem essa tese – alguns dos maiores e dos mais eminentes de nossa inteligência – gostam sempre de “tirar onda” de pensadores críticos, quando são, na verdade, os defensores dos interesses mais particulares e menos generosos da sociedade brasileira. Apenas porque a nossa atenção está concentrada nesse engodo, o PIB brasileiro pode ser tranquilamente repartido em quase 70% para quem recebe juros e lucros e apenas pouco mais de 30% para todos os outros pobres mortais que vivem de salários. Nas sociais-democracias europeias essa relação é inversa. A nossa manipulação política do eterno

“Existe tanto ou mais corrupção no mercado, que nunca é percebida enquanto tal. Com os financistas internacionais, que, com fraudes e manipulações contábeis, arrasam países inteiros”

“Essas são as classes que efetivamente ganham e muito quando se acredita que o Estado é sempre ineficiente e corrupto e o mercado sempre virtuoso”

“Pode-se sempre, para citar um exemplo da década de 90, sucatear as universidades federais e depois dizer que o Estado não pode nem deve cuidar da educação pública superior”

bode expiatório do Estado patrimonial e ineficiente vendido, na nossa esfera pública unidimensional e sem pluralidade, de modo infantil e falso, como oposto a um mercado que só é virtude, permite que um capitalismo selvagem e concentrador como poucos, como o nosso, jamais seja alvo de críticas e mudanças. As falsas oposições estão sempre no lugar e escondendo as contradições verdadeiras. É pela mesma razão que as classes média e alta, que formam opinião e influem no espaço público, não veem nenhum problema em que os grandes industriais e financistas brasileiros recebam incentivos do Estado o tempo todo, que o Estado tenha patrocinado diretamente a industrialização, tenha socializado as perdas das finanças e dos bancos nos anos 90 e criado o agronegócio com incentivo financeiro e tecnologia. Mas muitos nessas classes do privilégio ficam escandalizados com o Bolsa Família, que se utiliza de menos de 0,5% do PIB para beneficiar 45 milhões de pessoas. Apenas esses são percebidos como vivendo do Estado “de favor”.

As favelas seriam a face mais concreta dessa diferença de classe? Há uma luta desses moradores pela estima social, para que suas questões ganhem visibilidade na esfera pública. Mas para que haja essa mudança de ordem simbólica não deveriam ocorrer também melhorias distributivas? A pergunta é muito melancólica porque ela prenuncia algo que poucos percebem. Existem várias iniciativas, algumas delas muito meritórias,

de afirmação da cultura dos oprimidos. Esse tema é muitíssimo importante porque, se a direita brasileira domina a academia e a esfera pública com um discurso liberal e conservador, como o que analisamos acima, a nossa esquerda hegemônica é politicamente correta e, na prática, tão ou mais insidiosa e certamente muito mais incompetente que a direita. A atitude politicamente correta tende a idealizar o oprimido, como se uma afirmação abstrata no nível do discurso tivesse qualquer poder de mudar a realidade adversa. Ao contrário, o status quo se regezija com esse tipo de afirmação do oprimido que esconde as marcas indelévels da humilhação e da miséria. Acho, ao contrário, que a verdade nua e crua é sempre o melhor instrumento, embora ela seja dura de ser ouvida. Quando usei o termo ralé percebi que muitos não gostaram. Isso me deu a certeza de que estava no caminho certo. Eles preferiam que usasse “pobre”, “destituído”, como se a miséria fosse só econômica e até passageira, e não dominasse todas as esferas da vida. Como se não fosse exatamente nas famílias mais miseráveis que predominassem o abuso sexual, o alcoolismo, a desesperança e a falta de afeto e confiança. Reconhecer a verdade ajuda a mostrar a necessidade da mudança. O discurso politicamente correto encobre a verdade em nome de um agrado passageiro e verbal à carente autoestima dos humilhados e oprimidos. Além disso, como a pergunta já intui, o componente material da desigualdade nem sequer é tocado, mostrando o conservadorismo prático deste tipo de discurso de salão.

Como o senhor analisa a inclusão de milhões de brasileiros que acenderam para a classe C — conforme defendido pela presidente Dilma Rousseff durante a campanha? Essa inclusão é somente do ponto de vista do consumo ou podemos falar que se dá também nos níveis culturais e, principalmente, de estima social?

Nós estudamos a classe C em estudo recente, com o *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?*, em estudo teórico e empírico realizado em todas as grandes regiões brasileiras e apoiado pela Fapemig, do mesmo modo que o estudo anterior sobre a ralé. O nosso interesse com os dois estudos consecutivos foi estudar as classes populares no Brasil. Nossa tese foi a de que esses setores não podem nem devem ser chamados de “nova classe média”. Essa interpretação triunfalista procura dar a impressão de que estamos nos tornando uma espécie de França e de Alemanha, onde as classes médias são a maioria do povo e os pobres uma pequena parcela marginal. Infelizmente, isso não é verdade de acordo com o que vimos e estudamos. Preferimos chamar essa nova classe social que se forma debaixo de nossos olhos no Brasil de hoje de “nova classe trabalhadora” brasileira. A justificativa dessa denominação é que ela parece se definir como uma classe social com relativa pequena incorporação dos capitais impessoais mais importantes da sociedade moderna, capital econômico e capital cultural, o que explica seu não pertencimento a uma classe média verdadeira, mas, em contrapartida, desenvolvendo disposições para o comportamento que permitem a articulação da tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo. Essa tríade motivacional e disposicional conforma a “economia emocional” necessária para o trabalho produtivo e útil no mercado competitivo capitalista, o que separa essa classe do destino dos excluídos brasileiros. Sem socialização anterior de lutas operárias organizadas, disponíveis para aprender todo tipo de trabalho e dispostas a se submeter a praticamente todo tipo de superexploração da mão de obra, essa nova classe social logrou ascender a novos patamares de consumo a custo de extraordinário esforço e sacrifício pessoal. Foram esses brasileiros que construíram o fundamento do período de desenvolvimento econômico que vivenciamos hoje em dia.

O senhor de certa forma coloca em xeque a ideia de autonomia do indivíduo em uma sociedade marcada por uma desigualdade de condições de inserção cultural e econômica. Mas não é exatamente essa autonomia que possibilita aos sujeitos dessa ralé não somente compreender a “violência simbólica”, mas principalmente construir alternativas a ela?

As classes mais dominadas socialmente são também as mais dominadas politicamente. Percebemos, no nosso estudo da ralé, que é ela que mais sofre com a ideologia do mérito individual e a que mais se culpa do próprio fracasso, o qual foi socialmente construído pelo abandono de todos nós, os privilegiados. A ralé é fraturada entre os “pobres honestos” e os “pobres delinquentes”, fratura essa que perpassa praticamente todas as famílias da ralé. O delinquente masculino é o bandido e o delinquente feminina é a prostituta. Toda família minimamente estruturada da ralé luta com unhas e dentes para afastar seus filhos deste destino. Isso cinde essa classe e praticamente toda unidade familiar em uma oposição que compromete qualquer esforço de identificação de objetivos e interesses comuns. Desse modo, a ralé não só não possui os pressupostos – que discutimos acima – para incorporação de capital cultural ou conhecimento técnico de ponta, como também não possui solidariedade de classe que permita uma efetiva resistência à sua superexploração como mão de obra barata para serviços pesados e sujos que a classe média não quer fazer. Somos nós, da classe média, que universalizamos nossa percepção do mundo às outras classes. Esse é o fundamento de todo erro e de toda a injustiça. O fato é que criamos uma classe social de tal modo destituída que até sua capacidade de reação política foi comprometida na base.